



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO

Processo Nº: 000006060/2024

DESPACHO DIRG Nº 4354/2024

A Escola Judicial solicita providências para contratação do Professor LUCAS RÊNIO DA SILVA para ministrar o curso sobre o tema “Microsistema de tutela labor-ambiental Portuária” no dia 09 de outubro de 2024, das 14h30 às 17h30, na modalidade telepresencial (ao vivo), no valor de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), conforme proposta no doc. 0171358.

Por meio do Despacho da EJUD constante no doc. 0172282, a Diretora da Escola Judicial autoriza a despesa utilizando recursos da ação orçamentária de Capacitação de Formação de Magistrados, em conformidade com o Ato Conjunto GP. EJUD16 nº 001/2015.

AEO/SOF informa no doc.0175332 que com base no artigo 195 da Constituição Federal e no artigo 22 da Lei nº 8.212/91, é obrigatório a incidência do INSS patronal sobre a contratação de pessoa física. A alíquota é de 20% sobre o total das remunerações pagas ou creditadas a qualquer título ao longo do mês. Considerando que o valor da contratação é da ordem de R\$ 1.500,00, conforme a proposta juntado em doc. 0171358., demonstra que o custo total da contratação é de R\$ 1.800,00, sendo R\$ 1.500,00 referente ao curso: “Microsistema de tutela labor-ambiental Portuária” e o valor de R\$ 300,00, relativo ao INSS patronal - 20% sobre o valor do serviço.

A SOF informa ainda nos docs.0175725, 0175728 e 0175749 que há disponibilidade orçamentária suficiente para custeio da presente despesa.

A Divisão de Assessoramento Jurídico por meio do parecer DIVAJ doc. 0175305, manifesta-se pela possibilidade da contratação por inexigibilidade, com fundamento no artigo 74, inciso III, “f”, da Lei nº 14.133/21.

Ante o exposto, autorizo a inexigibilidade de licitação para contratação do Professor LUCAS RÊNIO DA SILVA, no valor de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), com fundamento no art. 74, inciso III, “f”, da Lei nº 14.133/2021, conforme parecer da DIVAJ.

Ao Apoio Administrativo desta Diretoria-Geral para providenciar a publicação do extrato de inexigibilidade de Licitação no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho e, tão logo esteja disponível, juntar da publicação do Extrato de Inexigibilidade e disponibilizar no aplicativo “contas públicas”, no site deste Tribunal.

Após, à Secretaria de Orçamento e Finanças para emissão de empenhos nos valores de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), em favor do Professor LUCAS RÊNIO DA SILVA, e de R\$ 300,00 (trezentos reais), referente ao INSS patronal, de acordo com o Despacho do Apoio à Execução e Acompanhamento Orçamentário/SOF, e em conformidade com o parecer da DIVAJ.

Em seguida, à Coordenadoria de Administração e Gestão Negocial para providenciar a publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), observado o prazo de 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta, (art. 94, caput e inciso II, da Lei nº 14.133/2021), bem como vincular as servidoras LUANA CAVALCANTE SALGADO MACIEL e ÁUREA SUZANA DE SOUZA MARQUES, no módulo Execução Financeira do sistema SIGEO-JT, conforme estabelecido no parágrafo 1º, do art. 6º, do Ato Regulamentar GP nº 02/2022.

Por fim, os autos deverão ser encaminhados à Escola Judicial para aguardar o recebimento da nota fiscal/recibo.

São Luís/MA, (datado e assinado digitalmente).

Fernanda Cristina Muniz Marques
Diretora-Geral



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA CRISTINA MUNIZ MARQUES, Diretora-Geral**, em 02/10/2024, às 19:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [Autenticar Documentos](#) informando o código verificador **0176162** e o código CRC **0FFC6868**.